

**ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DA ITAIPU BINACIONAL
EM FOZ DO IGUAÇU/PR**

Pregão Eletrônico Nacional NF 1048-20 (Lote 1 e Lote 2)

LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS

EIRELI, inscrita no CNPJ nº 12.039.966/001-11, estabelecida na Rua Rui Barbosa, nº 449, sala 3, Centro, Buri/SP, CEP 18.290-000, Telefone (019) 3114-2705, e-mail: juridico@linkbeneficios.com.br, pelo seu procurador abaixo assinado, vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, apresentar:

IMPUGNAÇÃO AOS TERMOS DO EDITAL

De acordo com o Caderno de Bases e Condições (CBC).

1. DA SÍNTESE DOS FATOS

Inicialmente, o interesse da **Link Card**, doravante denominada Impugnante, está no fato de que a licitação tem como objetivo contratar empresa para gerenciamento informatizado de frota no que tange o abastecimento de combustíveis e manutenção, ramo em que a empresa é reconhecida pelos proficientes serviços prestados, especialmente ao Poder Público, haja vista ter firmado uma série de contratos com entidades de expressão nas mais variadas esferas da Administração Pública.

O principal nicho de atuação da Impugnante é o mercado público, sendo recebidos diariamente centenas de e-mails contendo publicações com os seus respectivos extratos de editais referente ao gerenciamento de frota, os quais são encaminhados pelos sites **Conlicitação** e **RHS Licitações**, ambos especializados em seleção de licitações públicas.

Por meio destes sites especializados, a Impugnante recebeu o extrato da licitação pública na modalidade Pregão Eletrônico Nacional NF 1048-20 (Lote 1 e Lote 2) a ser realizado no próximo dia **24 de setembro de 2020**, cujo objeto é:

Selecionar a proposta comercial mais vantajosa para a contratação dos serviços de controle, abastecimento e gerenciamento de veículos, de acordo com as Especificações Técnicas, Lotes 1 e 2, Anexo I deste Caderno de Bases e Condições (CBC), conforme discriminados nos 02 lotes apresentados abaixo:

1.2.1 LOTE 1:

Serviços de gerenciamento, controle e abastecimento de combustíveis e manutenções leves em postos de combustíveis credenciados, com a utilização de cartão eletrônico (com chip), para o atendimento de veículos e/ou equipamentos cobertos através de convênios ou acordos de cooperação celebrados pela ITAIPU.

1.2.2 LOTE 2:

Serviços de gerenciamento e controle da manutenção preventiva e corretiva de veículos, equipamentos e embarcações para atender veículos, equipamentos e/ou embarcações cobertos

através convênios ou acordos de cooperação celebrados pela ITAIPU.

No entanto, conforme se vê no edital existem omissões que podem ser repensadas para conferir maior segurança na contratação que se pretende tanto à Itaipu Binacional quando ao *player* que será contratado.

A primeira é em relação ao fato de que a disputa não prevê a obrigatoriedade dos licitantes apresentarem Balanço Patrimonial, e isso possibilita que a Itaipu possa contratar uma empresa aventureira.

Por fim, no CBC não há previsão de cláusula de juros, o que pode desestimular a participação dos *players*, e gerar enriquecimento ilícito à Itaipu Binacional.

Diante disso, espera e requer a suspensão temporária do presente certame, visando a consagração do princípio da competitividade, além das alterações no instrumento convocatório para suprimir tais omissões.

É o breve relato fático.

2. DAS RAZÕES DE MÉRITO

Em recente decisão do Supremo Tribunal Federal, nas Ações Cíveis Ordinárias 1904, 1905 e 1957, o Supremo concluiu que a natureza jurídica da Itaipu Binacional impede sua submissão à legislação brasileira, por ser um organismo internacional. E em razão de ser um organismo internacional, deve prevalecer o tratado firmado entre o Brasil e o Paraguai.

Ao passo que a Itaipu não integra a Administração Pública brasileira, as normas de licitação aqui vigentes não se aplicam ao ente licitante. No entanto, a matéria de licitações é regulada pela Resolução RCS – 002/2001, que prevê a necessidade de um procedimento licitatório prévio as contratações.

Por mais que, a legislação nacional que regula os procedimentos licitatórios não seja aplicável à Itaipu Binacional, conforme decisões exaradas nas ACOs supracitadas, não há qualquer impedimento para se valer dessas normas como parâmetros naquilo que a Resolução RCS – 002/2001 for omissa.

Assim, considerando que o CBC pode e deve ser reformulado para conferir maior segurança na contratação que se pretende fazer, vem a Link Card, ora Impugnante apresentar as inclusas razões, para sugerir alterações no CBC, com base na legislação pátria, o que tem o condão de preservar o interesse da Itaipu Binacional e o interesse dos demais *players* no mercado que cogita participar do certame.

2.1. QUANTO A NÃO EXIGÊNCIA DE BALANÇO PATRIMONIAL

Como já sabido, trata-se de licitação para prestação de serviços de administração e gerenciamento de frota, para tanto se revela claro que é indispensável a apresentação de documentos que comprovem a qualificação econômico-financeiro dos licitantes.

Tal qualificação é extremamente importante, haja vista a sensibilidade do serviço em questão, uma vez que se eventual vencedor não tiver saúde financeira, pode colocar em risco a prestação do serviço público.

Embora inaplicável a Itaipu, reza o artigo 31 da Lei 8.666/93, que o instrumento convocatório deve conter a exigência de documentação referente a situação econômico-financeira dos licitantes, garantindo maior segurança para a Administração Pública, *in verbis*:

Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:

I - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

II - certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

III - garantia, nas mesmas modalidades e critérios previstos no "caput" e § 1º do art. 56 desta Lei, limitada a 1% (um por cento) do valor estimado do objeto da contratação.

§ 1º A exigência de índices limitar-se-á à demonstração da capacidade financeira do licitante com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja adjudicado o contrato, vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior, índices de rentabilidade ou lucratividade.

Ocorre que, conforme se verifica na Resolução que trata sobre as licitações da Itaipu Binacional, não existe qualquer menção à exigência ou não de balanço patrimonial do fornecedor.

Ainda, verifica-se que, o CBC foi omissivo, não exigindo qualquer documento hábil a comprovar a situação econômico-financeira das licitantes. E na Resolução 002/2001, não há menção à apresentação do Balanço Patrimonial, nem no que tange ao cadastro completo.

Observa-se que tal omissão, permite que a Itaipu Binacional contrate com empresas com saúde financeira duvidosa, o que pode causar um prejuízo ao organismo internacional.

Dessa forma, para preservar o interesse da Itaipu, seria de suma importância acatar tal sugestão, ainda que a legislação colacionada acima não seja aplicável ao ente. Pois somente com a apresentação de balanço patrimonial é possível verificar a saúde financeira do licitante vencedor da disputa, e caso o documento apresente irregularidades ou informações dubitáveis, evitar essa contratação com alta possibilidade de prejuízo, de modo que prevaleça a segurança na contratação.

2.2. QUANTO A NÃO PREVISÃO DE JUROS

Não obstante a Itaipu tenha seus interesses próprios, há de se levar em consideração que, a omissão sob a previsão de juros no CBC minimiza o interesse dos

players na disputa, e isso tem como consequência a diminuição da disputa, o que pode afastar a melhor proposta.

Por mais que a legislação brasileira não se aplique em relação à licitações e contratos administrativo, as relações cíveis praticadas no Brasil são regidas pelo Código Civil Brasileiro.

E o Código Civil Brasileiro, estabelece em seu art. 884 e seguintes que o enriquecimento ilícito é vedado no ordenamento jurídico pátrio, faz-se válida a transcrição do texto legal:

Art. 884. Aquele que, sem justa causa, se enriquecer à custa de outrem, será obrigado a restituir o indevidamente auferido, feita a atualização dos valores monetários.

E por mais que seja inaplicável ao certame em tela, é oportuno lembrar que o artigo 40 da Lei de Licitações destaca as cláusulas obrigatórias em editais, ou seja, aquelas sob as quais não há campo para discricionariedade, dentre as quais destaca-se a que deve prever reajuste a atualizações monetárias:

Art. 40. O edital conterà no preâmbulo número de ordem em série anual, nome da repartição interessada de seu setor, modalidade, regime de execução e o tipo da licitação, menção de que será regida por esta Lei, local, dia e hora para recebimento da documentação proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, indicará, obrigatoriamente, seguinte:

[...]

XI critério de reajuste, que deverá retratar variação efetiva do custo de produção, admitida adoção de índices específicos ou setoriais, desde data prevista para apresentação da proposta, ou do orçamento que essa proposta se referir, até data do adimplemento de cada parcela; (Redação dada pela Lei ns 8.883, de 1994)

[...]

c) critério de atualização financeira dos valores serem pagos, desde data final do período de adimplemento de cada parcela até data do efetivo pagamento; (Redação dada pela Lei ns 8.883, de 1994)

d) compensações financeiras penalizações, por eventuais atrasos, e descontos, por eventuais antecipações de pagamentos;

Em consonância, é a dicção do art. 55 da Lei de Licitações, senão vejamos:

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

III preço as condições de pagamento, os critérios, data-base periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre data do adimplemento das obrigações do efetivo pagamento;

Pois bem, o CBC, não prevê em momento algum a previsão de juros ou correções dos valores que eventualmente possam ser inadimplidos. Ainda, inexistente previsão na Resolução 002/2001, que é a norma geral de licitações aplicável à Itaipu.

Ao passo que, inexistente quaisquer previsões sobre a aplicação de juros, vale mencionar que não é razoável tal silêncio no CBC, pois expõe a contratada aos desmandos da Itaipu, que pode procrastinar os pagamentos, sem que lhe seja atribuída qualquer ônus por esse atraso.

A previsão de juros é tão importante para a boa execução contratual, que, em uma licitação que envolva qualquer ente da Administração Pública, a omissão se traduz em vício de legalidade do instrumento convocatório, pois fere diretamente o disposto no art. 37, *caput*, da Constituição Federal.

Ora, não há outra conclusão se não a de que redigir um instrumento convocatório sem a previsão de juros não é algo razoável, pois cria-se uma situação que privilegia demasiadamente o ente licitante, que pode atrasar o pagamento ao *player* contrato sem que haja qualquer consequência por isso, o que configura enriquecimento ilícito.

Assim, resta cristalino que, a omissão em relação a juros/atualização monetária no instrumento convocatório é inapropriada e pode afastar o interesse dos *players* em participar do certame. Em razão disso, sugere-se a Itaipu que seja incluída previsão de juros no CBC, independente da omissão da Resolução 002/2001 sobre o tema.

3. DOS PEDIDOS

Pelo exposto, requer a esse Nobre Pregoeiro que RECEBA a presente Impugnação e suspenda o certame, para que se proceda as correções apontadas, conforme os termos apontados.

Nestes termos e com os inclusos documentos, pede provimento ao presente.

Buri, 18 de setembro de 2020.

LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS EIRELI
FELIPE FAGUNDES DE SOUZA
OAB/SP 380.278